



## PEC da reforma da Previdência é aprovada em primeiro turno

Principal mudança prevista na proposta é o aumento da idade mínima, 65 anos para homens e 62 para mulheres, para aposentadoria de trabalhadores públicos e privados

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a PEC da reforma da Previdência. Entre outros pontos, o texto aumenta o tempo para se aposentar e eleva as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS. A proposta ainda precisa passar por três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

O Plenário votou também quatro dos dez destaques previstos. Um deles derrubou as novas regras sobre o abono salarial, que restringiriam o benefício a quem recebe até R\$ 1.364,43 por mês. Como se trata de uma supressão, a mudança não provocará o retorno da proposta à Câmara dos Deputados.

Após a votação do destaque do abono, os senadores suspenderam a sessão, que será retomada hoje, a partir das 11h. **4 e 5**



Davi Alcolumbre preside votação, ladeado pelos senadores Carlos Viana (E), Simone Tebet, Flávio Bolsonaro e Telmário Mota e pelo secretário-geral Bandeira

Marcos Oliveira/Agência Senado

**Petrobras, Sudam e Sudene terão créditos especiais 3**

**MP do saque do FGTS deve ser votada hoje em comissão mista 8**

**Imigrantes podem ser intimidados, aponta debate 7**

**Especialistas querem UIF fortalecida e com autonomia 8**

### Relatório inicial ao Plano Plurianual passa na Comissão de Orçamento

O parecer preliminar do senador Oriovisto Guimarães ao Plano Plurianual para 2020-2023 foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. Até o dia 24, os parlamentares podem apresentar emendas ao texto — favorável ao projeto, com dez alterações. O PPA tem 5 eixos (econômico, social, infraestrutura, ambiental e institucional) mais a estratégia de defesa. **3**



Proposta soma R\$ 6,8 trilhões em quatro anos e considera que haverá recuperação da economia a partir de 2020

Roque de Sá/Agência Senado

### Plenário aprova indicados para conselho de defesa econômica

O Plenário aprovou quatro indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), entre elas a de Walter de Agra Júnior, reconduzido ao cargo de procurador-chefe, que coordena atividades da Procuradoria Federal Especializada. **6**

### Vetos à nova Lei Eleitoral serão analisados hoje pelo Congresso

O Congresso deve analisar hoje a LDO para 2020 e vetos, entre eles os pontos retirados da lei que altera regras eleitorais e partidárias, sancionada semana passada. Para valer nas eleições de 2020, qualquer mudança na lei deve ser aprovada até sexta-feira. **2**

### Filantrópicas pedem retirada do fim da isenção previdenciária da PEC paralela



Jorginho Mello (C) e Daniella Ribeiro em debate na Comissão de Educação

Em debate na Comissão de Educação, especialistas pediram a retirada de um artigo da PEC paralela da reforma da Previdência, que trata das instituições filantrópicas.

O trecho, de autoria do relator da reforma, Tasso Jereissati, acaba com a isenção previdenciária para as entidades filantrópicas. O senador disse que nem todas as instituições

se enquadram na proposta do pagamento gradual da contribuição previdenciária.

Os participantes da audiência destacaram o papel das entidades em áreas que o Estado, sozinho, não consegue resolver os problemas. Também alertaram para o aumento na desigualdade social e econômica no país, caso a proposta seja aprovada da forma que está. **5**

Pedro Franco/Agência Senado

# Congresso analisa hoje vetos à nova Lei Eleitoral

Prazo para mudanças nas regras eleitorais termina sexta-feira, um ano antes das eleições municipais do ano que vem. Entre os trechos vetados na norma, está a brecha para aumento do Fundo Partidário

O CONGRESSO SE reúne hoje para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem (PLN 5/2019) e analisar vetos, entre eles os trechos retirados da lei que altera as regras eleitorais e partidárias (Lei 13.877, de 2019). Sancionada na semana passada, com vetos, a lei pode ser alterada até sexta-feira por senadores e deputados, já que mudanças nas regras eleitorais precisam ser aprovadas um ano antes do pleito. As eleições municipais de 2020 estão marcadas para 4 de outubro.

Entre os trechos retirados do texto, estão a brecha para o aumento anual de recursos do Fundo Eleitoral (o Fundo Especial de Financiamento de Campanha), sem limitação orçamentária, e a recriação da propaganda político-partidária gratuita em rádio e TV. A lei é oriunda do PL 5.029/2019, aprovado pela Câmara no dia 19, após ter sido modificado no Senado.

Ponto mais controverso durante a tramitação do projeto no Senado e na Câmara, a composição do Fundo Elei-

toral ganhou nova redação com os vetos do presidente. Entre os trechos vetados, está o que previa a composição do fundo para as campanhas municipais de 2020 a partir do total de emendas de bancada cuja execução é obrigatória. Pela legislação em vigor (Lei 9.504, de 1997), esse valor está limitado a 30% do total.

“Ao retirar o limite atual de 30%, o projeto acaba por aumentar a despesa pública sem cancelar despesa equivalente e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, diz a justificativa do Executivo.

## Lei Orçamentária

Com o veto, para 2020, caberá à Lei Orçamentária definir o valor do fundo. O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020 (PLN 5/2019) enviado pelo governo Bolsonaro destina R\$ 2,54 bilhões para as eleições municipais, um aumento de 48% em comparação ao pleito de 2018 (R\$ 1,72 bilhão).

Ao analisarem o projeto, senadores mantiveram o mesmo

montante das eleições de 2018 (ou seja, R\$ 1,7 bilhão) para o Fundo Eleitoral. Deputados modificaram o texto para prever exceções ao limite de gastos de campanhas e algumas lideranças partidárias do Senado chegaram a anunciar que recorreriam da decisão da Câmara.

Em relação ao Fundo Partidário, foi vetada a utilização de recursos para o pagamento de juros, multas, débitos eleitorais e demais sanções aplicadas por infração à legislação eleitoral ou partidária.

O presidente não mexeu, porém, na autorização para que os recursos do Fundo Partidário sejam usados para serviços de consultoria contábil e advocacia, inclusive em processo judicial e administrativo de interesse partidário ou de litígio que envolva candidatos do partido.

Foram vetados ainda anistias a multas da Justiça Eleitoral e um trecho que permitia gastos ilimitados com passagens aéreas, sem a apresentação de comprovação das despesas e de suas finalidades.

## Iluminação nas cúpulas marca campanha Outubro Rosa

As luzes do prédio do Congresso Nacional foram iluminadas ontem de cor-de-rosa, como ficarão durante todo este mês para marcar a adesão do Senado ao Outubro Rosa, campanha mundial realizada para alertar sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama.

Nas redes sociais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, registrou a adesão da Casa à campanha, apoiando a iniciativa da Procuradoria da Mulher do Senado.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de mama é o tipo mais comum entre as mulheres em todo o mundo,

representando quase um terço dos casos da doença. No Brasil, as estimativas do Inca apontam que em 2019 quase 60 mil mulheres desenvolverão esse tipo de câncer.

## Fotos

O Senado também recebeu a exposição *A Força da Mulher*, série de fotos produzidas pela Associação das Mulheres Mastectomizadas de Brasília — Recomeçar. As fotos ficarão expostas no Senado Galeria (corredor de acesso ao Anexo 1) entre os dias 8 e 18 de outubro.

A entrada é gratuita. A exposição pode ser visitada das 8h às 18h.

## Ampliação do teste do pezinho na rede pública será debatida

A Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras promove audiência pública hoje, às 10h30, sobre a ampliação do teste do pezinho. Também será debatida a proposta de tornar compulsória a notificação do diagnóstico de doenças raras, como forma de superar a falta de

informações para a produção de políticas públicas.

O teste consiste em exames que permitam o diagnóstico, em recém-nascidos, de doenças cujo tratamento precoce é fundamental para prevenir a morte ou sequelas que comprometam o desenvolvimento.



O uso de recursos do Fundo Partidário para pagamento de multas e débitos eleitorais foi um dos pontos vetados

## Plínio Valério critica imagens da Amazônia usadas no Rock in Rio

Plínio Valério (PSDB-AM) criticou ontem imagens falsas, utilizadas no Rock in Rio, que mostram a Amazônia pegando fogo. O senador explicou que as imagens foram feitas em Presidente Figueiredo (AM), quando uma produtora armou um incêndio produzindo fogo com um lança-chamas. — Esse pessoal, aqueles artistas que defendem a floresta em pé, mas que cobram cachês altíssimos para ir ao Rio de Janeiro, não são capazes de doar os seus cachês para alguma entidade, para alguma cooperativa, para alguma associação que cuida verdadeiramente da Amazônia e do seu povo.

## Para Paulo Paim, não há motivo para celebrar o Dia do Idoso

Paulo Paim (PT-RS) lembrou o Dia Internacional do Idoso, comemorado ontem. Responsável pela criação do Estatuto do Idoso, o senador ressaltou “a ironia” de a data ser comemorada no mesmo dia em que pode ser aprovada a reforma da Previdência. Para ele, não há motivo para festejar.

— Deveríamos estar festejando esse dia, mas hoje vamos aprovar uma proposta que só traz prejuízo para idosos e trabalhadores — afirmou.

Paim acredita que a reforma será um caos, pois retira direitos dos trabalhadores garantidos na Constituição.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Jorge Kajuru critica criação de auxílio-saúde para magistrados

O Judiciário brasileiro “parece viver em outra dimensão”, disse Jorge Kajuru (Cidadania-GO). O senador criticou a criação de um auxílio-saúde pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo ele, o valor do benefício aos magistrados pode chegar a 10% dos salários.

— Pesquisa recente, feita pela liderança do partido Novo na Câmara, mostrou que 65% dos magistrados do país estão recebendo acima do teto do funcionalismo em 2019. No âmbito federal, o teto é de R\$ 39,2 mil — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDR Rio Taquari**  
9h Entre 10 itens, o PLS 365/2018, que trata da revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.
- CAE Créditos externos**  
10h Propostas de autorização de operação de crédito externo.
- CCT Defesa antiáerea**  
10h Debate a respeito do Sistema de Defesa Antiáerea. Depois, 16 itens sobre radiodifusão e 3 requerimentos.
- CRE Corredor Bioceânico**  
10h Audiência pública sobre a conclusão do Corredor Bioceânico, que pretende ligar o Atlântico ao Pacífico. Depois, pauta de 5 itens.
- DOENÇAS RARAS Teste do pezinho**  
10h30 Audiência para debater ampliação do teste do pezinho e notificação compulsória do diagnóstico de doenças raras. Representantes do Ministério da Saúde e da Apae-SP estão entre os convidados.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
11h Votação dos destaques da PEC da reforma da Previdência.
- CRA Poços artesanais**  
11h Na pauta de 7 itens, o PLC 111/2015, que facilita manutenção de poços artesanais em cidades do semiárido.

- CONGRESSO Vetos e LDO**  
13h Análise de vetos, créditos orçamentários e do PLN 5/2019, que diz respeito à LDO 2020.
- CMCVM Feminicídio**  
13h30 Audiência para debater feminicídio e violência contra a mulher. Representantes do Ipea, do Ministério da Saúde, da ONU Mulheres, do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado e da Universidade de Brasília estão entre os convidados.
- CMA Multa para crime ambiental**  
14h Entre 9 itens, o PLS 752/2015, que aumenta penas de multa para crimes ambientais resultantes da atividade empresarial de grande escala.
- MP 894/2019 Criança com microcefalia**  
14h Análise do plano de trabalho e requerimentos.
- CMCMM Dados climáticos**  
14h30 Audiência para debater atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras.
- MP 889/2019 Saque do FGTS**  
14h30 Análise do relatório.
- MP 893/2019 UIF no Banco Central**  
14h30 Audiência com a participação dos advogados José Eduardo Cardozo e Antônio Moraes Pitombo.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

# Comissão aprova relatório inicial a Plano Plurianual

O relator, Oriovisto Guimarães, propôs dez alterações e recomendou a aprovação do PPA 2020-2023, encaminhado pelo Executivo em agosto. Parlamentares terão até o dia 24 para apresentar emendas

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o parecer preliminar ao projeto do Plano Plurianual (PPA) para 2020-2023. O relator, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), recomendou a aprovação do texto. Os parlamentares podem apresentar emendas até o dia 24.

Em nota técnica conjunta, as consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara recomendam ajustes no texto do PLN 21/2019, encaminhado no final de agosto pelo Poder Executivo. Conforme o parecer do relator, que incorporou dez emendas, o PPA 2020-2023 traz mudança estrutural em relação aos anteriores. Os objetivos, segundo o Palácio do Planalto, são “a simplificação metodológica, o realismo fiscal, a integração entre planejamento e avaliação, a visão estratégica e o foco em resultados”.

São 5 eixos — econômico, social, infraestrutura, ambiental e institucional — mais a estratégia de defesa, reunidos em 13 diretrizes e 15 temas.



Primeiro-vice da comissão, deputado Dagoberto Nogueira comanda a reunião

Estão previstos 66 programas e 61 metas quantificáveis. O atual PPA, aprovado no governo Dilma Rousseff, tem 54 programas, 304 objetivos e 1.136 metas.

## Infância

A proposta soma R\$ 6,8 trilhões em quatro anos e considera que haverá recuperação da economia a partir do ano que vem. A prioridade, diz o texto, é a primeira infância. Ações do Ministério da Cidadania reservam R\$ 1,6 bilhão em quatro anos. Já os investi-

mentos prioritários somam R\$ 16,7 bilhões no período.

Em debate realizado na semana passada pela CMO, especialistas afirmaram que poucos países conseguem definir um orçamento para a primeira infância — do nascimento até os seis anos —, já que as ações em geral estão espalhadas em diversas áreas, como investimento em creches e nos programas de vacinação, de incentivo ao aleitamento materno ou combate à desnutrição infantil.

Da Agência Câmara

## Foz de Iguaçu (PR) pode ter distrito para exportação

Proposta para a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Foz do Iguaçu (PR) está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). As ZPEs são distritos industriais incentivados, onde as empresas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial (podem manter no exterior as divisas obtidas com as exportações) e procedimentos adminis-

trativos simplificados — com a condição de destinarem a maior parte de sua produção ao mercado externo.

O autor do projeto (PL 2.329/2019), senador Alvaro Dias (Podemos-PR), explicou que Foz do Iguaçu conta com forte atividade industrial, em que despontam os setores de produtos alimentícios, minerais não metálicos, tecidos e calçados, mas ainda carece de incentivos para aproveitar

todo o seu potencial econômico.

Segundo o senador, a região possui mão de obra qualificada, infraestrutura básica para instalação de novas indústrias e fluxo de matéria-prima e produtos.

O texto recebeu parecer favorável do relator, senador Flávio Arns (Rede-PR), que destaca a localização privilegiada da cidade em relação aos países do Mercosul.

## Projeto endurece penas para crimes ambientais

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve analisar hoje, às 14h, o projeto de lei que tipifica o crime de ecocídio como forma de aumentar a punição para catástrofes ambientais.

Apresentado por membros da Comissão Externa do Desastre de Brumadinho, da Câmara, o PL 2.787/2019 estabelece pena de reclusão de 4 a 12 anos e multa para quem causar desastre ambiental, com destruição significativa da flora ou mortandade de animais (ecocídio), atestada por laudo pericial reconhecendo a contaminação atmosférica, hídrica ou do solo.

Se o crime for culposo, a pena será de detenção de 1 a 3 anos e multa. No caso de o

acidente provocar morte de pessoa, a penalidade para o homicídio será aplicada independentemente da punição decorrente do ecocídio.

Outro crime tipificado pelo projeto refere-se ao descumprimento de legislação, norma técnica, licença e suas condicionantes ou de determinação da autoridade ambiental e da entidade fiscalizadora da segurança de barragem. Nesses casos, a pena será de reclusão de 2 a 5 anos e multa. No crime culposo, ela cai para detenção de 1 a 3 anos e multa.

O texto é relatado por Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que apresentou voto favorável à proposição, que ainda vai para a Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outro projeto a ser analisado na comissão, em caráter terminativo, é o PLS 90/2018, que obriga grandes geradores de resíduos sólidos, como shoppings, supermercados e restaurantes, a destinar o lixo reciclável que produzem a associações, cooperativas ou organizações de catadores com infraestrutura para separar e classificar os resíduos.

De Rose de Freitas (Podemos-ES), o projeto altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) para exigir que a destinação do material reciclável dessas empresas conste em seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos. O relator do texto é Jaques Wagner (PT-BA).

## Colegiado autoriza créditos para Petrobras, Sudam e Sudene

A Comissão Mista de Orçamento também aprovou ontem dois projetos que concedem créditos adicionais. Os textos, do Poder Executivo, seguem para análise dos deputados e senadores em sessão do Congresso marcada para hoje.

O PLN 10/2019 concede crédito especial de R\$ 5,42 bilhões para investimentos da Petrobras. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a solicitação visa cumprir compromissos que não foram previstos à época da elaboração do Orçamento para 2019. O relator, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), recomendou a aprovação.

A maior parte do dinheiro, oriundo da estatal, será utilizado para a nacionalização de plataformas que estão em posse de sua subsidiária na Holanda — o processo deveria ter sido concluído em 2018, mas deve se estender até 2020.

Outra parte será destinado a outros contratos relacionados à aquisição de bens pela estatal.

Já o PLN 9/2019 concede crédito especial de R\$ 1,849 bilhão para operações de crédito rural no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Norte (Sudam) e para cumprimento de decisões judiciais.

O relator, deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), recomendou a aprovação.

O líder do governo na CMO, deputado Claudio Cajado (PP-BA), disse que o crédito, oriundo do cancelamento de repasses ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), é necessário porque o Congresso derrubou vetos após a sanção da Lei 13606, de 2018, que trata do crédito rural.

— Não quer dizer que o dinheiro será usado — afirmou.

Com Agência Câmara



Szechtman, da Eletrobras, fala em debate dirigido por Vanderlan (C)

## Privatizada, Eletrobras deve manter centro de pesquisas

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) tem contribuído decisivamente para a autonomia tecnológica do país nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e sua extinção poderá representar a perda de um enorme patrimônio técnico-científico.

Esse foi o alerta feito ontem por convidados de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) para discutir a capitalização da Eletrobras.

Diretor do Ministério de Minas e Energia, Anderson Marcio de Oliveira adiantou que a Casa Civil está elaborando projeto de lei de privatização da Eletrobras prevendo a emissão de ações pela empresa, mantendo, no entanto, o controle da União. De acordo com Oliveira, serão incluídos no projeto mecanismos visando manter o Cepel mesmo após a privatização.

— A União não vai acom-

panhar esse aumento de capital, mas continuará sócia da Eletrobras. Em relação ao Cepel, estão sendo pensados, de fato, mecanismos de garantia de sua sobrevivência — afirmou.

O diretor-geral do Cepel, Amílcar Guerreiro destacou a importância do apoio da Eletrobras e dos demais sócios-fundadores do centro.

— O Cepel é referência no Brasil e no exterior. Nós temos alguns laboratórios que são únicos na América Latina. É um patrimônio do país.

## Orçamento

Guerreiro informou que o centro conta com um orçamento, em 2019, da ordem de R\$ 240 milhões.

O diretor de Transmissão da Eletrobras, Marcio Szechtman destacou o papel do Cepel para o avanço da indústria de equipamentos e para a confiabilidade destes equipamentos no Sistema Interligado Nacional.

# Reforma da Previdência é aprovada em primeiro turno

Senadores mantiveram o texto-base, que aumenta o tempo para a aposentadoria e fixa idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Mas o governo perdeu na votação de um destaque sobre abono salarial



OS SENADORES APROVARAM ontem em Plenário a proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência (PEC 6/2019), no primeiro turno de votação. Entre outros pontos, o texto aumenta o tempo para se aposentar, eleva as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.839) e define regras de transição para os atuais assalariados. A proposta ainda precisa passar por três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Nessa fase, não pode mais haver mudanças no mérito e nem supressões, só emendas de redação, que irão à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois ao Plenário. Se aprovado, o texto será promulgado.

A PEC foi aprovada com 56 votos favoráveis e 19 contrários. Para evitar uma nova análise pela Câmara, que atrasaria a promulgação, foram feitas apenas supressões e emendas de redação. Os pontos sobre os quais não havia consenso foram desmembrados na CCJ e passaram a tramitar como PEC paralela (PEC 133/2019), também em análise pelo Senado.

## Idade mínima

A principal mudança prevista na PEC 6/2019 é a fixação de uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para se obter aposentadoria. Além disso, o texto define o cálculo

da aposentadoria a partir da média de todos os salários, em vez de permitir a exclusão das 20% menores contribuições como é hoje.

— Reconheço que não é uma matéria simpática do ponto de vista da opinião pública, mas é uma matéria necessária. Eu gostaria de agradecer o espírito público de todos os senadores — declarou o presidente do Senado Davi Alcolumbre.

## Rombo

O objetivo da reforma da Previdência, segundo o governo, é reduzir o rombo nas contas públicas. A primeira estimativa do relator, após a aprovação na CCJ, era de que o impacto fiscal da PEC 6/2019 e da PEC paralela, chegaria a R\$ 1,312 trilhão em 10 anos, maior do que os R\$ 930 bilhões previstos no texto da Câmara, e maior do que o R\$ 1 trilhão que pretendia o governo federal inicialmente. A estimativa de economia somente com a PEC é de R\$ 870 bilhões em 10 anos.

— Se nós não fizermos a reforma previdenciária, vai chegar um momento — já em 2021 — em que a União não vai ter um tostão sequer para investimento. Nós vamos entrar em uma era em que todos os discursos proferidos aqui, em que aqueles desejos que foram sonhados aqui sobre educação, saúde, emprego, não poderão ser alcançados, ou sequer haverá tentativas de alcançá-los — disse o relator do

texto, Tasso Jereissati (PSDB-CE). O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que o déficit da Previdência Social chegou a quase R\$ 300 bilhões e cresce sem controle.

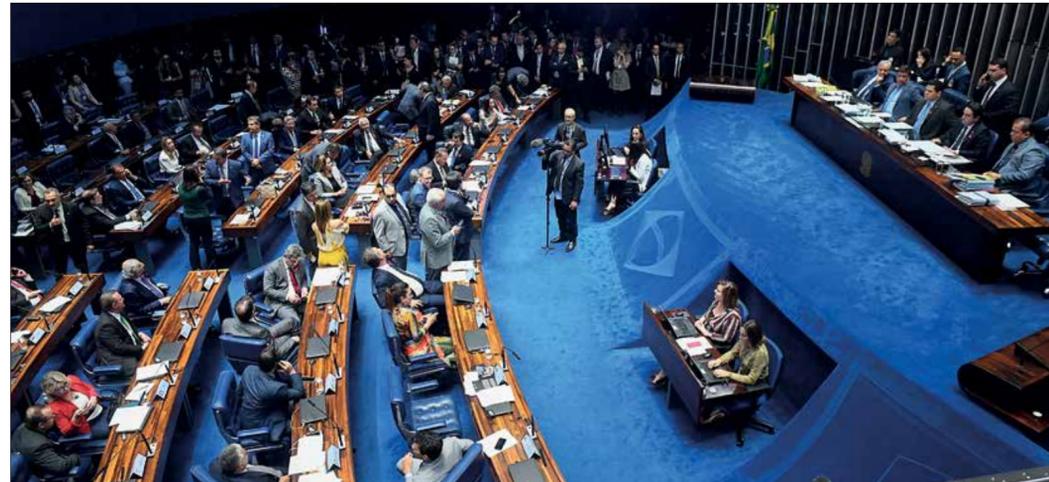
— A situação do Brasil é tão dura, é tão irrecusável a realidade que nós temos que enfrentar, que a reforma da Previdência não pode ser vista num horizonte de um mandato. Ela tem que ser vista no horizonte da próxima geração.

Crítico da reforma durante a discussão no Senado, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o déficit alegado pelo governo não é real e citou estudo divulgado de pesquisadores da Unicamp apontando manipulação nos números do governo. Para ele, há outros caminhos para arrecadar, como inibir a sonegação e cobrar de grandes devedores.

— É apropriação indébita, R\$ 30 bilhões por ano, que são arrecadados, tirados do trabalhador, e as empresas não repassam para a Previdência. E os Refis [programas de refinanciamento] dão perdão para os grandes devedores.

## Mudanças

A maior parte das emendas acabou sendo rejeitada pelo relator durante a análise na CCJ e depois Plenário. Na votação de ontem foram apreciados quatro dos dez destaques apresentados por partidos. Uma das mudanças de Tasso aprovada foi suprimir do texto a possibilidade de que a



Uma das mudanças no texto decididas pelos senadores em sessão do Plenário impede que a pensão por morte tenha valor menor do que um salário mínimo

pensão por morte fosse inferior a um salário mínimo. O impacto previsto é redução de R\$ 10 bilhões na economia prevista originalmente, o que, segundo Tasso, é um valor pequeno considerando o seu impacto na vida dos mais pobres.

Ele ainda acolheu outras mudanças como a que estendeu aos trabalhadores informais o sistema especial de Previdência dos de baixa renda. O relator também manteve as regras atuais e o Benefício de Prestação Continuada não passará a ser regulamentado pela Constituição.

Outra mudança foi a supressão de parte da regra de transição para os profissionais expostos a agentes nocivos, como os mineiros de subsolo, que elevava progressivamente os requisitos para que eles se aposentassem,

diminuindo o impacto fiscal da reforma em R\$ 6 bilhões.

Durante análise na CCJ, também ontem, o relator eliminou um dispositivo que poderia prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens que variam de acordo com o desempenho no serviço público. A emenda foi considerada de redação pelos senadores e negociada com o Ministério da Economia e representantes de servidores interessados.

## Necessária

Para o líder do Podemos, Alvaro Dias (PR), a votação da reforma mostra o fracasso e a incompetência dos governantes, que não souberam administrar um sistema previdenciário autossustentável e que pudesse oferecer expectativa de vida dig-

na à velhice dos trabalhadores. Para ele, o texto da reforma não é o ideal, mas a aprovação é um sacrifício necessário.

— Não digam que não se trata de uma reforma injusta, mas também não posso afirmar que não seja uma reforma necessária. Existe contradição nessa afirmação? [...] O que não existe mesmo é alternativa.

Apesar de o texto principal ter sido aprovado, a discussão no Senado continua com a PEC paralela, que reúne mudanças substanciais no texto, opção para evitar a volta da PEC à Câmara. O texto já passou pelas cinco sessões de discussão em Plenário e está na CCJ para a análise das 168 emendas apresentadas.

Para Weverton (PDT-MA), o Senado abriu mão do seu papel de Casa revisora e a PEC paralela

pode nunca ser aprovada. Se aprovada, ela terá que passar pela Câmara dos Deputados, já que a análise começou pelo Senado.

## Destaque

Ao final, o presidente do Senado Davi Alcolumbre comemorou a aprovação do texto principal. Ele também comentou a derrota do governo na votação do destaque que garantiu abono salarial para trabalhadores de baixa renda pago com recursos do FAT.

— Aprovamos o texto principal com 56 votos favoráveis. Houve essa derrota do governo. É legítimo, é da democracia, votação é assim.

Davi afirmou que retomará a votação de outros seis destaques às 11h de hoje.

## Relatório de Tasso recebeu ontem mudança de emenda em comissão

Antes de ir para o Plenário, a proposta da reforma da Previdência foi aprovada por 17 votos a 9 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto analisado foi o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) às emendas apresentadas em Plenário para modificar a PEC 6/2019.

Partidos da oposição pediram votação destacada de seis emendas, como a que mantinha o direito dos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos mensais de continuar sendo beneficiado com o abono salarial uma vez por ano, mas todos os destaques foram derrotados ou retirados. Paulo Paim (PT-RS) apresentou um voto em separado, um texto alternativo com alterações mais significativas que obrigariam o retorno da proposta à Câmara dos Deputados. No entanto, ele nem chegou a ser analisado, foi apenas lido por Paim.

Em relação ao texto do relatório apresentado por Tasso na última reunião, houve uma alteração. A única emenda que o relator havia acatado — para eliminar um dis-

positivo e não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens que variam de acordo com o desempenho no serviço público — de supressiva tornou-se de redação.

A nova redação sugerida pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e acatada por Tasso foi negociada até com o Ministério da Economia e representantes de servidores públicos interessados, para permitir que esses funcioná-

rios remunerados com gratificações por desempenho — que já estavam no serviço público até o fim de 2003 — consigam levar para a aposentadoria integral o salário baseado nesse extra.

A PEC foi bastante criticada pelos senadores da oposição. — Temos que deixar claro que o trabalhador de baixa renda está sendo, sim, atingido — disse o senador Weverton (PDT-MA).

Segundo Paim e Fabiano Con-

tarato (Rede-ES), as mulheres serão especialmente sacrificadas, pois precisarão trabalhar até os 62 anos. As recebedoras das pensões por morte verão o valor do benefício cair quase à metade do que têm direito hoje.

Flávio Arns (Rede-PR) e Zenaide Maia (Pros-RN) lembraram da situação dos trabalhadores com deficiência, que precisarão cumprir regras de idade como todos os outros para conseguir se aposentar. Eduardo Braga (MDB-AM) anunciou o voto favorável apesar de seu desconforto com vários pontos.

— A situação fiscal brasileira lamentavelmente não suporta mais esse modelo atual de Previdência — disse

Já para Tasso, o ajuste fiscal vai exigir mais sacrifício dos estados mais ricos e dos servidores públicos, “que serão sete vezes mais atingidos do que os segurados do INSS”.

— Nosso propósito foi evitar impacto sobre os mais pobres, transferindo para os da maior faixa de renda da população.



Fernando Bezerra e Tasso Jereissati discutem o texto da reforma em Plenário



Davi afirmou que conversará com o governo nos próximos dias

## Para Davi, MP resolveria divisão de recursos da cessão onerosa

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a edição de uma medida provisória poderá ser a solução do Palácio do Planalto para garantir a divisão dos recursos da cessão onerosa com estados e municípios. Ele informou que tratará do assunto com o governo nos próximos dias.

— O ministro Onyx [Lorenzoni, da Casa Civil] assegurou a divisão para estados e municípios como foi votado no Senado. Acho que esse vai ser o caminho para resolver esse problema.

Na semana passada, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 102, que exclui do teto de gastos o dinheiro que a União repassa a estados e municípios pela exploração de petróleo. O texto aprovado pelo Senado também cria regras para divisão do dinheiro da cessão onerosa com todos os entes da federação, mas esse trecho não foi promulgado. Ele foi

acrescentado pelos senadores durante a tramitação e ainda precisa ser apreciado pela Câmara. Com a edição de uma MP, não seria necessário esperar a Câmara decidir sobre o dispositivo para que ele entre em vigor.

A cessão onerosa foi o procedimento pelo qual o governo garantiu à Petrobras o direito de explorar por 40 anos uma área do pré-sal por contratação direta, sem licitação. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo. Com a descoberta posterior de um volume maior do combustível fóssil na região, o valor foi ajustado para cerca de R\$ 70 bilhões, por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo. Segundo os termos da proposta, 15% desse valor será destinado aos municípios e outros 15%, aos estados e ao DF. O valor será distribuído a partir dos critérios que regem os fundos de participação (FPM e FPE).

## Entidades filantrópicas criticam fim da isenção previdenciária

Especialistas pediram ontem a retirada de um artigo que trata das instituições filantrópicas na PEC paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019). O trecho, do relator da reforma, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acaba com a isenção previdenciária para as entidades filantrópicas. O debate sobre a PEC ocorreu em audiência da Comissão de Educação (CE). A PEC paralela está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Tasso disse que nem todas as instituições se enquadram na proposta do pagamento gradual da contribuição previdenciária.

— Não estamos falando de entidade filantrópica que atenda pessoa de baixa renda. O que se propõe é a discussão sobre entidades chamadas de filantrópicas, mas são ONGs que não têm objetivo de lucro, mas têm superavit e atendem parte mais alta da sociedade.

A PEC 133/2019 propõe uma cobrança gradual de contribuições previdenciárias de instituições educacionais ou de saúde com capacidade financeira enquadradas como filantrópicas. Os debatedores destacaram o papel das entidades em áreas que o Estado, sozinho, não consegue resolver os problemas e alertaram para o aumento na desigualdade, caso a proposta seja aprovada da forma que está.

O presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior, João Otávio Junqueira, destacou a importância da filantropia para os mais pobres.

— Neste Brasil tão desigual, onde filho de rico estuda em educação básica privada e depois de graça no ensino superior, o filho do pobre tem que pagar a instituição superior, normalmente nessas instituições comunitárias que têm uma enormidade de bolsas.

## Otto anuncia voto contrário à reforma, mas libera bancada

Otto Alencar (PSD-BA) anunciou em Plenário que votaria contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019), apesar de liberar a bancada do seu partido, do qual é líder. Segundo o senador, cada um votaria com a sua consciência e a dele indica que a proposta é nociva, sobretudo no Regime Geral da Previdência.

— Não há como ninguém me convencer de que o trabalhador da iniciativa privada, pendurado no andaime — repentino, um eletricista, um pedreiro, um carpinteiro — vai conseguir contribuir 40 anos na Previdência e se aposentar com 65 anos de idade.

## Texto pode ter usado dados distorcidos, alerta Jean Paul

Jean Paul Prates (PT-RN) alertou ontem sobre a possibilidade de o texto da reforma ter sido construído com base em números distorcidos. Segundo ele, a denúncia de “extrema gravidade” foi divulgada por nota técnica de pesquisadores do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp.

Na opinião do senador, as acusações são graves, pois, se comprovadas, fica confirmado que o governo usou de má-fé ao distorcer argumentos com o intuito de confundir parlamentares e obter apoio dos legisladores na aprovação da proposta.

## Telmário elogia desbloqueio de verbas do MEC

Telmário Mota (Pros-RR) elogiou ontem o desbloqueio de parte dos recursos destinados à educação que tinham sido contingenciados no final de abril. O MEC anunciou a liberação de quase R\$ 2 bilhões, dos quais 58% irão recompor o orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino.

O senador destacou que o contingenciamento tinha sido adotado porque a arrecadação estava menor pela estagnação da economia. Ele acrescentou que a medida mostrou uma boa gestão do orçamento público e uma mudança de mentalidade nessa área.



Senadores comemoram a aprovação do destaque de Eliziane que tirou do texto novas regras para receber benefício

## Destaque derruba restrição de direito a abono salarial

Após a votação em primeiro turno do texto-base da reforma da Previdência, o Plenário votou quatro dos dez destaques que separavam trechos específicos para deliberação à parte. Um deles derrubou as novas regras sobre o abono salarial, que restringiriam o benefício a quem recebe até R\$ 1.364,43 por mês.

Após a votação do destaque do abono, os senadores suspenderam a sessão, com seis destaques pendentes de votação. Ela será retomada hoje às 11h.

O destaque proposto pelo Cidadania excluiu do texto as mudanças sobre o abono salarial, que reduziriam o limite de renda mensal para dar direito ao benefício, pago por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Como se trata de uma supressão, essa mudança não provocará o retorno da PEC 6/2019 à Câmara.

Para a líder do Cidadania, Eliziane Gama (MA), a mudança sobre o abono era de cunho trabalhista, pois os recursos do

abono vêm do FAT, e não deveria constar de uma reforma da Previdência. Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) explicaram que os recursos do FAT são um fator de movimentação da economia popular. Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) argumentou que o texto da reforma alinhava o abono à definição de “baixa renda” já aceita pela legislação. Segundo ele, o FAT está deficitário e tem dificuldade de financiar a redução do desemprego.

# Plenário aprova indicados para conselho econômico

Com isso, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica poderá começar a analisar os mais de 80 processos que estavam parados desde julho por falta de quorum mínimo para julgamento

O PLENÁRIO APROVOU ontem quatro indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Desde julho, o conselho do Cade, que é composto por sete membros, aguarda para decidir sobre mais de 80 processos. Apenas três integrantes estão em exercício, e o quorum mínimo para realizar sessões de julgamento é de quatro conselheiros.

Com 56 votos favoráveis, 8 contrários e 1 abstenção, o promotor Walter de Agra Júnior foi reconduzido ao cargo de procurador-chefe, responsável por coordenar as atividades da Procuradoria Federal Especializada, que recebe as notificações judiciais de interesse do Cade. Agra Júnior já foi conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O relator da indicação foi Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

Também foi aprovado, com 49 votos favoráveis e 11 contrários, o procurador da Fazenda Sérgio Ravagnani. Atualmente subchefe-adjunto para assuntos jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, desde 2016 Ravagnani é responsável também pela subchefia-adjunta de políticas econômicas. O relator foi Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

A indicação da advogada Lenisa Rodrigues Prado para o Cade foi aprovada por 44 votos a favor e 19 contra. Ela atuou como conselheira indicada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A indicação recebeu relatório de Eduardo Braga (MDB-AM).

O economista Luis Henrique Braido foi aprovado com 47 votos favoráveis e 14 contrários. O indicado é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro. Fernando



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Observado por Cordeiro, Agra Júnior fala em sabatina dirigida por Plínio

Bezerra Coelho (MDB-PE) foi o relator da indicação.

Mais cedo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a recondução de Walter de Agra Júnior e de Alexandre Macedo, esse último para o cargo de superintendente-geral do Cade. Macedo não teve a sua indicação analisada ontem no Plenário.

Macedo é auditor da Controladoria-Geral da União (CGU) e já foi conselheiro do Cade. É a superintendência que recebe os processos e comunicados das empresas sobre fusões, acordos de compra e venda e reclamações contra concorrentes por práticas anticompetitivas. A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) foi a relatora da indicação.

## Impactos

Em resposta ao senador Plínio Valério (PSDB-AM), sobre os impactos da demora das indicações nos processos de compra e venda de empresas, Macedo informou que as operações suspensas correspondem a R\$ 500 bilhões. Segundo ele, a superintendência-geral coordenou nos últimos cinco anos a análise de mais de 750 fusões e aquisições no período e ajudou a negociar mais de 95 colaborações premiadas.

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e Kátia Abreu (PDT-TO) perguntaram sobre quais ações efetivas o Cade tem tomado diante da concentração do mercado em alguns setores,

como o aéreo e o bancário. A senadora disse que, com a extinção da Avianca, o setor passou a ser controlado por um número menor de empresas, o que elevou o preço das passagens. Segundo ela, a aprovação do aumento do capital estrangeiro no setor e a autorização para cobrança de bagagens em voos não ajudaram a reduzir o custo dos bilhetes.

Agra informou que o Cade investiga os preços cobrados pelas companhias aéreas e classificou a situação do mercado como “calamidade”. Ele disse que fez uma representação sobre o preço das passagens motivada por pedidos de investigação apresentados por senadores, entre eles, Jean Paul Prates (PT-RN), que afirmou que falta transparência aos componentes das tarifas.

Com relação aos bancos, Macedo disse que o órgão está atento a eventuais abusos dos grandes bancos contra novos modelos de negócio como *startups* e *fintechs*, que, na avaliação dele, podem ajudar na desconcentração do setor.

— A gente tem um procedimento aberto sobre verticalização do sistema financeiro. Bancos são relacionados a bandeiras que são relacionadas a maquininhas. Existe uma verticalização que privilegia aquele que está dentro do seu grupo econômico, o que gera, portanto, fechamento de mercado para aqueles preços menores — explicou.

## Comissão de Agricultura vota hoje apoio à produção de cacau

A Comissão de Agricultura (CRA) deve votar hoje, em caráter terminativo, dois projetos de apoio à produção de cacau. O PLC 64/2013 cria dois selos verdes, o Cacau Cabruca e Cacau Amazônia, para atestar o manejo sustentável do produto. Para o autor, o ex-senador Flexa Ribeiro, a criação dos selos vai valorizar os derivados de cacau e pode ajudar na conservação dos biomas brasileiros. Flexa argumenta que a certificação agrega valor e aumenta a rentabilidade dos produtores. Relatora na CRA, Eliziane Gama (Cidadania-MA) recomenda a aprovação do texto, acolhendo parecer anterior da Comissão de Meio Ambiente (CMA) que suprimiu três artigos.

## Cacau de qualidade

Já o PL 4.107/2019, de Angelo Coronel (PSD-BA), altera a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade (Lei 13.710, de 2018) para valorizar a Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (Ceplac). O texto, que garante ao produtor o

acesso a todas as linhas de crédito para incentivar a produção, recebeu parecer favorável do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO). Em seu parecer, Gurgacz argumenta que ainda falta incentivo à produção de cacau fino no Brasil: “Importante destacar que o cacau fino ocupa apenas 5% do mercado mundial do produto, apresentando preços diferenciados e altos”.

## Poços artesanais

Também estão na pauta da CRA o projeto sobre a cooperação entre entes federativos na perfuração de poços artesanais (PLC 111/2015); o que muda a inspeção de bebidas (PLS 637/2015); o que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas (PL 2.966/2019); o que reabre o prazo para a liquidação de dívidas de crédito rural inscritas em dívida ativa da União (PL 3.882/2019); e o que cria a Política Nacional de Incentivo à Cultura de Flores e de Plantas Ornamentais de Qualidade (PL 4.485/2019).

## Colegiado analisa texto que prevê ação contra notícia falsa

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa hoje o relatório da senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ao projeto que prevê a apresentação de ação civil pública contra a divulgação de notícias falsas na internet que atinjam interesses coletivos. De autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o PLS 246/2018 foi apresentado como uma sugestão (SUG 62/2017) encaminhada pelo Projeto Jovem Senador.

No relatório, Mara diferencia as “fake news individuais” (que atingem a honra de um indivíduo específico) das “coletivas” (que ferem os interesses sociais difusos). Para as “fake news individuais”, o

Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) prevê que a vítima tem legitimidade para propor a ação judicial. No caso das “coletivas”, “há espaço para aprimorar a legislação”, defende a senadora.

“A ação civil pública é o principal instrumento que disciplina o mecanismo de proteção de interesses transindividuais. O problema é que, atualmente, a lei não autoriza, ao menos de forma clara, a propositura de ação coletiva para a hipótese das fake news coletivas, o que pode ser corrigido”, acrescenta Mara.

Pelo substitutivo, Ministério Público, Defensoria Pública e associações consolidadas poderão propor a ação.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burtle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)

# Debatedores temem intimidação a refugiados

Organizações de assistência a imigrantes disseram que projeto em análise na Comissão de Direitos Humanos, em nome da defesa nacional, pode gerar tratamento indigno

REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES que dão assistência jurídica, médica e laboral a imigrantes e refugiados criticaram ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o substitutivo do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ao projeto que simplifica o visto temporário de trabalho para estagiários e intercambistas (PL 1.928/2019). De acordo com eles, a pedido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Bezerra acabou alterando partes importantes da Lei de Migração (Lei 13.445, de 2017).

Para os debatedores, em nome da segurança nacional, Bezerra teria incluído na Lei de Migração ressalvas que colocam em xeque a dignidade e a liberdade dos estrangeiros que pedem refúgio no Brasil. Uma das medidas criticadas pelos convidados foi a exigência de que transportadoras forneçam informações antecipadas à Polícia Federal sobre passageiros, tripulantes e registros de compras de passagem.

O diretor da Cáritas de São Paulo, padre Marcelo Maróstica, disse que o acolhimento a haitianos e venezuelanos no Brasil é reconhecido como bem-sucedido pela comunidade internacional. Mas ele citou o caso de um homem da Lituânia que recebeu asilo



Martínez, Maróstica, Camila e Zortéa em audiência da Comissão de Direitos Humanos dirigida por Flávio Arns (C)

por perseguição religiosa por ser adepto do Santo Daime, seita cuja bebida é considerada ilegal no seu país, mas não no Brasil. Ele explicou que o homem seria considerado um criminoso e seria deportado caso o texto de Bezerra já tivesse sido aprovado.

No texto de Bezerra, também é dada a possibilidade de a Polícia Federal pedir ao juiz a prisão ou outra medida cautelar para fins de deportação ou expulsão do imigrante. Enquanto a deportação ou expulsão não for efetivada, o suspeito poderá ficar preso por até 60 dias, prazo que pode ser prorrogado por um período não definido. O defensor público federal Gustavo Zortéa da Silva questionou essa prisão, não prevista na Constituição.

Outro ponto sensível, na visão dele, é que o suspeito de cometer crime em seu país já poderá ser deportado, apenas pelo fato de ser suspeito. Na atual Lei de Migração, a justificativa para deportação seria ele estar respondendo a processo ou ter sido condenado por uma conduta tipificada como crime não só no país de origem, mas também no Brasil.

## Salvaguardas

Pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Felipe Vasconcellos pediu que imigrantes e refugiados sejam chamados a debater a proposta.

Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Federico Martínez sugeriu aos senadores que o Brasil tenha

salvaguardas para assegurar que as pessoas que buscam refúgio sejam tratadas segundo a convenção sobre o Estatuto de Refugiados adotada pelas Nações Unidas em 1951, já recepcionada pelo Brasil.

Assessora política do grupo católico Missão Paz, Letícia Carvalho criticou a recente revogação, pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, da Portaria Interministerial 4, de 2018, que previa pedido de autorização de residência protocolado por imigrante ou visitante que se encontrasse em território nacional e não estivesse enquadrado nos casos previstos expressamente na lei.

A coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos, Camila Asano, acusou o Executivo de descaracterizar

e enfraquecer os benefícios garantidos pela Lei de Migração. Exemplo disso seria a edição da Portaria 666, de 2019, do Ministério da Justiça.

— A norma cria a figura de deportação sumária, que não existe na lei. O período de 48 horas para deportação inviabiliza qualquer forma de defesa. Ela deturpa em vários aspectos o direito ao contraditório, à ampla defesa e à não discriminação.

## Periculosidade

O coordenador de Política Migratória da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Flávio Diniz Oliveira, explicou que a portaria tem um caráter excepcional e nunca foi aplicada desde sua edição. Ela barra especificamente criminosos de absoluta periculosidade, ligados ao terrorismo, crime organizado armado, ao tráfico de drogas, armas e pessoas, à exploração de crianças e adolescentes e a torcidas organizadas violentas durante eventos esportivos.

— O foco dessa lei é muito específico, em pessoas que recebem esse mesmo tratamento em vários outros países do mundo.

Segundo Oliveira, o Ministério da Justiça tem quase 200 mil pedidos de refúgio e a Portaria 666 não os inviabiliza.

## Comissão debate Corredor Bioceânico, que pretende ligar Atlântico e Pacífico

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) promove hoje, às 10h, um debate sobre os desafios para a conclusão das obras do Corredor Bioceânico. O projeto, que pretende ligar os Oceanos Atlântico e Pacífico, cruza Brasil, Argentina, Paraguai e Chile. O pedido para

realização da audiência foi apresentado pelos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS), Marcos do Val (Podemos-ES) e Chico Rodrigues (DEM-RR).

Na justificativa, Nelsinho ressalta que a rota vai estimular o comércio dos países da América do Sul e reduzir os custos

dos setores agroexportadores. De acordo com o senador, em Porto Murtinho (MS), na fronteira com Paraguai, uma futura ponte é considerada a principal obra do corredor. “Hoje a travessia é feita por pequenas balsas que não têm capacidade para o transporte

de caminhões. Já existe um acordo com o Paraguai na divisão dos custos. A conclusão da rota bioceânica reduzirá o tempo de trânsito e o custo do serviço de transporte, armazenagem e inventário”, defende.

Foram convidados representantes das embaixadas e

dos corredores rodoviários do Brasil, do Chile, do Paraguai e da Argentina, da Secretaria Nacional de Transporte Terrestre, da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL), da Receita Federal do Brasil e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

## Colegiado discutirá incentivos à produção de energia solar no país

A Comissão de Infraestrutura (CI) vai debater as possibilidades de geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia. Do senador Carlos Viana (PSD-MG), o pedido para a audiência foi aprovado ontem. A data do debate ainda não foi definida.

Viana pretende discutir formas de consumo de energia que não agridem o meio ambiente nem agravem o efeito estufa. O senador observa que, apesar de o Brasil ter grande potencial na área, faltam estratégias do governo para a expansão do setor. Devem ser convidados para a audiência representantes

do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A CI também aprovou requerimento de convite aos ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para que informem aos senadores sobre as negociações envolvendo o tratado assinado entre Brasil e Paraguai para aproveitamento hidrelétrico dos recursos do Rio Paraná, pertencente aos dois países.

O pedido para o debate foi assinado pelo presidente da comissão, senador Marcos Rogério (DEM-RO).

## Humberto quer que Lula só deixe prisão se anularem sentença

Humberto Costa (PT-PE) afirmou em Plenário ontem que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está correto ao recusar o benefício da progressão do regime oferecido pelo Ministério Público Federal. Ele está preso há quase 550 dias, depois de condenado no âmbito da Operação Lava Jato.

— Lula precisa ser solto e ter os seus direitos restaurados a partir da anulação das sentenças que o condenaram. Sua soltura representará um marco para a democracia brasileira.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Jaques Wagner, condenação é perseguição política

Jaques Wagner (PT-BA) classificou como perseguição política a prisão do ex-presidente Lula. Para o senador, há elementos de sobra que confirmam a perseguição, como declarações do ex-procurador-geral Rodrigo Janot e do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Operação Lava Jato.

Wagner disse esperar que o STF cancele toda a ação e declare a inocência de Lula, já que, na sua avaliação, a condenação se deu com base em um “processo eivado de vícios e de erros”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Rodrigues pede que governo controle imigração venezuelana

Chico Rodrigues (DEM-RR) cobrou ajuda financeira do governo federal para controlar a imigração dos refugiados da Venezuela. O senador ressaltou em Plenário que a Operação Acolhida, do Exército, atende apenas 20% dos que atravessam a fronteira.

— Roraima presta, dentro do possível, uma assistência a eles, porque são seres humanos, são refugiados. Agora, o estado de Roraima não pode pagar o pato sozinho, porque é um problema do Brasil — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Especialistas defendem que UIF tenha autonomia e seja fortalecida

Debate foi promovido pela comissão da MP que criou a Unidade de Inteligência Financeira, no lugar do Coaf, e levou-a para o Banco Central

ESPECIALISTAS DEFENDE- RAM ONTEM em audiência que o Estado garanta autonomia operacional, financeira e política para a Unidade de Inteligência Financeira (UIF). O debate foi promovido pela comissão mista da medida provisória que transformou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) na UIF e colocou a entidade no âmbito do Banco Central (BC).

Na opinião do advogado Pierpaolo Cruz Bottini, a UIF não deve ficar subordinada ao BC. Ele criticou o texto da MP 893/2019 por, em seu entender, não garantir autonomia financeira e orçamentária ao novo órgão. E sugeriu que os parlamentares alterem a medida para que sejam estipulados mandatos para os conselheiros da UIF. Bottini também criticou o texto do Executivo por permitir que pessoas fora do serviço público sejam indicadas para a entidade.

O ex-presidente do BC Affon-



Advogado Pierpaolo Bottini criticou o texto da MP em audiência comandada pelo senador José Serra (C)

so Celso Pastore afirmou que “o pior lugar da UIF é dentro do Banco Central”. O Coaf era ligado ao Ministério da Economia. Para Pastore, a UIF tem que ter autonomia operacional e administrativa e ser independente tanto da política quanto do mercado financeiro. O economista também criticou a MP por ela determinar que é o presidente do BC que nomeará os conselheiros da UIF.

— Horizontes políticos são mais curtos que os horizontes econômicos, é preciso ter inde-

pendência política e independência do mercado — disse.

O economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Rubens Sardemberg, afirmou que os bancos vão continuar colaborando com o Coaf ou com a UIF, “esteja onde estiver”. Ele defendeu que o órgão deve ser fortalecido para garantir sua independência operacional, sua capacidade de requerer informações e sua autonomia para enviar relatórios, além de recursos suficientes para seu

bom funcionamento.

— O trabalho é notável, mas há necessidade de fortalecimento deste órgão. Onde ele estiver, ele deve ser fortalecido.

## Alteração

O presidente da comissão, José Serra (PSDB-SP), disse que a maioria das unidades de inteligência financeira do mundo estão vinculadas a ministérios da Fazenda ou da Economia. O senador lembrou que o Congresso tem o poder de alterar MPs e pode, inclusive, rejeitar a ida da UIF para o BC. Já Sardemberg disse que há unidades em diversos países, umas independentes, outras ligadas a ministérios, e algumas dentro de bancos centrais.

Serra também registrou que a comissão mista vai promover outra audiência hoje com o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (2011-2016) e o advogado Antônio Pitombo.

O relator, deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), disse que já foram apresentadas 70 emendas à MP e que pretende acolher sugestões, em especial sobre a composição do conselho da UIF.

Para o deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), a medida é inconstitucional, pois o Congresso já definiu neste ano, ao votar outro texto, o da MP 870/2019 (que foi convertida na Lei 13.844, de 18 de junho, e estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios), que a UIF deve ficar no Ministério da Economia.

## Confúcio Moura critica excesso de leis do país

Confúcio Moura (MDB-RO) criticou ontem o excesso de regulação no Brasil. Para ele, isso cria um Estado burocrático, incapaz de se desenvolver nos campos social e econômico.

Segundo o senador, a disposição de produzir normas legais transmite uma sensação de insegurança jurídica, inibindo desde o cidadão comum, o empregado e o patrão até o investidor nacional e estrangeiro.

— O crescimento econômico é o que importa. É preciso que as famílias e as empresas, especialmente as pequenas, enxerguem o Estado como parceiro.

## Marcos Rogério quer fim de vetos na Lei de Abuso

Marcos Rogério (DEM-RO) defendeu ontem em Plenário a derrubada de 18 vetos à Lei de Abuso de Autoridade. Para ele, a decisão tomada pelo Congresso em setembro “está totalmente em consonância com as garantias constitucionais”. Marcos Rogério citou alguns exemplos de pontos que haviam sido vetados, mas acabaram retornando à lei: os artigos que punem a abertura de processo sem causa fundamentada, a produção forçada de provas, o impedimento de assistência de advogados a presos e a prisão sem previsão legal.

## Para Lasier, velha política prepondera

Lasier Martins (Podemos-RS) criticou algumas decisões políticas tomadas por congressistas em setembro, como as aprovações da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869, de 2019) e da lei que amplia as possibilidades de uso dos recursos do Fundo Partidário (Lei 13.877, de 2019). Outra insatisfação, segundo Lasier, é que a Receita Federal perdeu autonomia e, agora, só poderá agir com a autorização do Poder Judiciário.

— A velha política, a política viciada da acomodação dos benefícios individuais, é o que vem preponderando.

## O que mudou com a MP 893

### Coaf

#### Conselho de Controle de Atividades Financeiras

- Criado em 1998 pela Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613, de 1998)
- 1998 até 2018: vinculado ao **Ministério da Fazenda**
- Janeiro de 2019: MP 870/2019 transferiu o Coaf para o **Ministério da Justiça e Segurança Pública**
- Maio de 2019: Congresso aprova MP 870 mas rejeita Coaf no Ministério da Justiça, que volta ao **Ministério da Economia** (antigo Ministério da Fazenda)
- Agosto de 2019: MP 893/2019 transforma o Coaf na **UIF**, vinculada ao BC

#### ATRIBUIÇÕES

- Receber, examinar e identificar suspeitas de **atividades ilícitas** previstas na Lei 9.613; aplicar penas administrativas
- Coordenar a cooperação para o combate à **lavagem de dinheiro**
- Requerer **informações cadastrais e financeiras** de pessoas envolvidas em atividades suspeitas
- Comunicar às autoridades a existência, ou fundados indícios, de lavagem ou de qualquer outro ilícito
- Regular os **setores econômicos** para os quais não haja órgão regulador ou fiscalizador

#### COMPOSIÇÃO

- **1 presidente**
- **11 conselheiros**
- Indicados pelo **ministro de Estado** servidores públicos de reputação ilibada e reconhecida competência de diversos órgãos públicos de controle financeiro, investigativos e jurídicos

### UIF

#### Unidade de Inteligência Financeira

- Criada pela **MP 893/2019**
- Vinculada administrativamente ao **Banco Central**

#### ATRIBUIÇÕES

- Produzir e gerir informações para a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e de armas de destruição em massa e promover a **interlocução institucional** com órgãos e entidades correlatos

#### COMPOSIÇÃO

- **1 presidente**
- **8 a 14 conselheiros**
- Indicados pelo **presidente do BC**, escolhidos entre cidadãos com reputação ilibada e reconhecidos conhecimentos em prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa

## Colegiado vota autorizações de crédito externo para órgãos

Após a sabatina de indicados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) suspendeu a reunião de ontem. Estava na pauta a contratação de crédito externo para diversos órgãos, como a prefeitura de Aparecida de Goiânia (GO), o governo

federal e o Banco do Brasil. A reunião será retomada hoje, às 11h.

Os recursos estão previstos nas Mensagens 69, 70 e 71/2019. Para Aparecida de Goiânia, o pedido é de US\$ 35 milhões; para o governo federal, de US\$ 195 milhões; e para o Banco do Brasil, o valor é de US\$ 600 milhões.

## Comissão vota relatório da MP que permite saque do FGTS

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP 889/2019) com regras para a liberação do FGTS deve analisar amanhã, às 14h30, o relatório do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

O FGTS só podia ser movimentado pelo trabalhador em hipóteses como demissão sem justa causa, aposentado-

ria, algumas doenças e financiamento imobiliário. A MP cria uma nova modalidade, a do saque-aniversário: uma vez por ano, o trabalhador poderá sacar uma quantia limitada de sua conta. Ele terá acesso integral ao rendimento do dinheiro guardado. A MP permite ainda o saque imediato de até R\$ 500.